

Festas religiosas em Salvador-BA

*Edilece Souza Couto**

Salvador possui um extenso e diversificado calendário de festas religiosas. Durante todo o ano inúmeras homenagens – procissões terrestres e marítimas, ladainhas, novenas, festas, lavagens de templos e rituais das religiões afro-brasileiras – são realizadas em honra dos santos e orixás. As festividades podem ter início dentro de uma determinada igreja, mas rapidamente ganham as ruas em cortejos espetaculares, ocupando também outros espaços, como os mercados e as praias. Não é tarefa fácil, nos limites de um artigo, traçar um panorama dos nossos festejos, porém, como se trata de comemorar os 464 anos de Salvador, dividi o texto em três partes: Colônia, Império e República, na tentativa de acompanhar as principais permanências e mudanças na forma como os soteropolitanos realizam seus rituais e festejos religiosos

Colônia

Durante o período colonial, a vivência religiosa em Salvador foi marcada pelo catolicismo tradicional, de características medievais, raízes ibéricas, leigo, familiar e devoção aos santos. As procissões e festas poderiam ser organizadas, custeadas e realizadas pelo poder público (Câmara Municipal), ordens religiosas, irmandades ou associações profissionais.

Os eventos realizados pelas autoridades políticas eram chamados de festas reais, ordinárias, quando aconteciam anualmente, e extraordinárias, para comemorar datas importantes para a família real portuguesa: acontecimentos políticos, aniversários, casamentos, aclamações ou exéquias (ritos fúnebres). Rituais, procissões e festas também eram organizados pelo clero regular, reunido nas ordens religiosas. Entretanto, as mais pomposas festas eram patrocinadas pelas irmandades, associações leigas para o culto aos santos, organizadas a partir de critérios sociais ou de cor para a admissão dos irmãos.

Desde o início da colonização a Câmara Municipal de Salvador tinha a obrigação

* Edilece Souza Couto é doutora em História pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Assis-SP, e professora do departamento de História da Universidade Federal da Bahia – UFBA. É autora dos livros *A Puxada do Mastro* (Ed. Maramata, 2001); *Tempo de Festas* (EDUFBA, 2010) e co-autora, com Waldir Freitas Oliveira, de *Colégio Antônio Vieira (1910-2011)* (EDUFBA, 2011), além de capítulos de livros e artigos sobre Cristianismo, Igreja Católica, festas, devoções e religiosidades. edilece@ufba.br

de custear e realizar as seguintes solenidades: Festa da Aclamação de Dom João IV (1º de dezembro), Santo Antônio de Arguim (4º domingo do advento), São Sebastião (20 de janeiro), São Felipe e Santiago (1º de maio), São Francisco Xavier (10 de maio), São João Batista (24 de junho), Visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel (02 de julho), Anjo Custódio (3º domingo de julho), São Francisco de Borja e Patrocínio de Nossa Senhora (10 de outubro) e Corpus Christi (11 dias após o domingo de Pentecostes)(CAMPOS, 2001).

Das dez festas reais ordinárias, duas eram comemorações da corte portuguesa: Festa da Aclamação de Dom João IV e Visitação de Nossa Senhora a Santa Isabel; três em honra de patronos de ordens religiosas: Santo Antônio de Arguim (Franciscana) e São Francisco Xavier e São Francisco de Borja e Patrocínio de Nossa Senhora (Companhia de Jesus); as outras eram festas religiosas comuns ao império português.

As comemorações da corte portuguesa deveriam acontecer também em terras conquistadas no novo mundo e serviam para legitimar e fazer a propaganda do poder real. A notícia da aclamação de D. João, duque de Bragança, chegou em Salvador no dia 15 de fevereiro de 1641. As autoridades civis e religiosas foram chamadas para prestar o juramento de fidelidade ao monarca. No ano seguinte foi instituída a festa com luminárias e ornamentos nas ruas por onde passaria o cortejo. Essa era a única festa cívica custeada pela Câmara. Por sua vez, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, de acordo com o Compromisso de Lisboa e também seguido na Bahia, deveria realizar anualmente missa em sua capela para rememorar a visita feita por Maria (após a anunciação da gravidez do Filho de Deus) a sua prima Isabel, mãe de João Batista.

As ordens religiosas organizavam as festas dos seus patronos. Os franciscanos reverenciavam Santo Antônio de Arguim. No século XVI foi encontrada uma imagem de Santo Antônio na praia de Itapoã e acreditou-se que a mesma teria vindo da fortaleza de Arguim, na costa da Mauritânia (África). Segundo relatos do frei franciscano Jaboa-tão (1858, p. 81), a frota francesa tinha a Bahia como destino, mas, seus três capitães luteranos pararam na fortaleza portuguesa, na qual encontraram a imagem do santo português. Penduraram a imagem na proa da nau para, dessa forma, serem guiados. Quando chegaram à costa baiana, lançaram a imagem ao mar. Após uma tempestade, a embarcação foi parar em Sergipe e seus tripulantes foram presos e mandados para Salvador. O achado da imagem foi considerado um milagre e os vereadores elegeram o santo padroeiro de Salvador, função que manteria até o final do século XVII, quando foi substituído por São Francisco Xavier.

Em 1686 a cidade do Salvador passava por uma epidemia de febre amarela, conhecida popularmente por “mal da bicha”. Como as providências tomadas por vereadores e médicos não faziam cessar a doença e as mortes, os baianos recorriam à intercessão dos santos, como São Sebastião (protetor contra peste, fome e guerra), por meio de

procissões, ladainhas e novenas. Os vereadores pediram ajuda aos jesuítas. Os religiosos incentivaram a realização de uma procissão para São Francisco Xavier. O cortejo foi realizado com sucesso e, como forma de agradecimento, os padres, o governador e os vereadores reunidos no Colégio dos Jesuítas, em 10 de maio, elegeram o santo jesuíta e apóstolo do oriente padroeiro de Salvador e se comprometeram a realizar festa anual em sua homenagem àquela data (CAMPOS, 2001, p. 318-320).

Entretanto, as festas reais ou dos patronos de ordens religiosas não atraíam a piedade e a participação de toda a população, especialmente das classes menos favorecidas. Os fiéis preferiam glorificar as diferentes invocações de Jesus e Maria e os santos para causas urgentes: Santa Bárbara contra as trovoadas e tempestades; Santa Luzia para curar os olhos; São Brás, para a garganta; São Sebastião, São Roque e São Lázaro, contra as pestes; São José, para pedir chuva; São Gonçalo, para casar; Santo Antônio, para encontrar objetos perdidos e Santana, para proteger a família. Esses recebiam festas espetaculares, organizadas pelas famílias, irmandades ou grupos profissionais com pouca ou quase nula intervenção da governança ou da Igreja.

Provavelmente, o primeiro culto a ser implantado pelos colonizadores portugueses foi o de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do império português e do Brasil até 1930, quando foi substituída por Nossa Senhora Aparecida. Conta-se que Tomé de Souza, em 1549, desembarcou as margens da Baía de Todos os Santos com duas imagens: Nossa Senhora da Ajuda e Nossa Senhora da Conceição. Mandou construir uma pequena capela de taipa à beira-mar, chamada Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia. Nos setecentos, a área formava a importante freguesia da Conceição da Praia, a sede do comércio. Era o local de trabalho dos negociantes e habitação de muitos comerciantes portugueses. Ali estavam localizados dos grandes mercados: São João e Santa Bárbara, com a comercialização de secos e molhados, e as lojas de tecidos, miudezas, acessórios femininos, medicamentos, etc. Um templo erguido com pedras portuguesas se transformou na sede da freguesia e abrigava a irmandade dos portugueses. O culto era, portanto, aristocrático. No dia 08 de dezembro, os irmãos, com a presença de outras irmandades convidadas, festejavam a mãe de Cristo com missas, procissão, foguetório e banquete (COUTO, 2010, p. 108-109).

Os irmãos estavam reunidos por critérios sociais e de cor. Assim, os portugueses e brasileiros brancos se reuniam nas irmandades da Misericórdia, do Santíssimo Sacramento, de N. S. da Conceição da Praia e do Senhor do Bonfim. Tinham funções diferentes: a primeira era de caridade, atendendo principalmente aos pobres, deficientes físicos, prisioneiros, jovens órfãos e crianças enjeitadas, providenciando também enterros cristãos para indigentes e escravos; a segunda era destinada ao culto do Santíssimo Sacramento da Eucaristia, realizando a procissão anual de Corpus Christi; a terceira foi formada para

reverenciar a padroeira do império português e do Brasil; e, por último, a Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim, desde 1750, promove o culto ao Jesus crucificado.

Os africanos e seus descendentes também se reuniam em irmandades. Utilizavam o critério de nação e se agrupavam da seguinte forma: angolanos e congoleses formavam a Irmandade de N. S. do Rosário (igreja da freguesia do Passo, atual Pelourinho); os daomeanos reuniam-se na irmandade de N. S. das Necessidades e Redenção (capela do Corpo Santo, na Cidade Baixa) e as mulheres nagô-yorubas fundaram a Irmandade de N. S. da Boa Morte (igreja da Barroquinha). Os negros nascidos no Brasil formavam a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Martírios (altar lateral da Igreja da Conceição da Praia). Os pardos, por sua vez, reuniam-se nas irmandades de N. S. Bom Jesus da Cruz (igreja da Palma), N. S. Bom Jesus da Paciência (igreja de São Pedro) e N. S. da Conceição do Boqueirão (na igreja de mesmo nome).

Entre 1719 e 1983 foram criadas sete irmandades para o culto de Jesus Cristo. Uma dessas associações era de africanos jeje: Bom Jesus das Necessidades e da Redenção; duas eram de homens pardos: Bom Jesus da Cruz e Bom Jesus de Paciência; uma de crioulos: Bom Jesus dos Martírios; duas de brancos: Bom Jesus dos Navegantes e Nosso Senhor Bom Jesus do Bonfim; uma era formada pelos moradores da rua do Tingui, freguesia de Santana: Bom Jesus dos Passos dos Humildes.

Três dessas irmandades – Bom Jesus das Necessidades e da Redenção, Bom Jesus dos Navegantes e Senhor Bom Jesus do Bonfim – tinham suas sedes nas igrejas – Corpo Santo, Boa Viagem e Senhor do Bonfim – construídas na Cidade Baixa, entre as freguesias da Conceição da Praia e da Penha, portanto, ao longo da Baía de Todos os Santos, nas proximidades de cais, ancoradouros e porto. Ou seja, a escolha dessas localidades para o desenvolvimento das devoções ao Jesus Crucificado demonstra a intensa participação dos homens do mar (capitães, traficantes de escravos, comerciantes, marinheiros ou trabalhadores do porto) na vivência religiosa. Todos tinham ligação com o transporte de mercadorias. Pediam ao Cristo Crucificado que suas viagens e transações comerciais chegassem a um bom fim.

A Irmandade do Bom Jesus das Necessidades e da Redenção foi formada pelos africanos jeje na Igreja da Conceição da Praia em 1752. Transferiu-se para uma capela na Igreja do Corpo Santo em 1774. Pelo Compromisso (1914, p. 17-18), os irmãos prometiam realizar a festa anual em 03 de maio, além de prestar ajuda mútua aos associados, garantindo-lhes ritos fúnebres, sepulturas e missas pela salvação das almas. No dia da festa, os irmãos, usando capa branca, murça roxa com a cruz de metal à esquerda, participavam de missa solene, cantada com orquestra e bênção do Santíssimo. O altar deveria ser ornamentado. A procissão, com a imagem de Jesus, percorria as principais ruas da freguesia da Conceição da Praia, indo ao encontro da imagem de Nossa Senhora

das Dores. Em sete diferentes pontos eram colocadas sete cruzes, onde o préstito deveria parar e realizar orações.

A freguesia da Penha, por sua vez, era a região mais distante da área central da Cidade Baixa. Era habitada por pescadores, carpinteiros, alfaiates, costureiras, ganhadeiras, lavadeiras e vendedoras de mingau. Mas era também estação de veraneio das famílias aristocráticas de Salvador e atraía visitantes e romeiros das cidades do recôncavo baiano e das ilhas da Baía de Todos os Santos. Portanto, além da vivência religiosa, o período das festas dos padroeiros era propício à sociabilidade e aos divertimentos.

A festa do Bom Jesus dos Navegantes é a primeira do ano, realizada em 01 de janeiro. A origem da irmandade é imprecisa, mas é certo que desde o século XVIII, os irmãos se reúnem na Igreja da Boa Viagem para cultuar o Jesus Crucificado e realizar uma procissão marítima. As celebrações começam em 27 de dezembro, faz-se a procissão marítima no dia 01 de janeiro e terminam no primeiro domingo do ano com uma missa e cortejo terrestre. Jesus e duas invocações marianas: Nossa Senhora da Boa Viagem e Nossa Senhora da Conceição, são os personagens centrais dos festejos. A imagem do Crucificado é levada para a Igreja da Conceição da Praia. No dia 01 de janeiro, os devotos navegam até o cais próximo ao referido templo. As imagens de Jesus e Nossa Senhora da Conceição são colocadas na embarcação e o cortejo marítimo retorna para a praia da Boa Viagem, onde a imagem de Nossa Senhora da Boa Viagem espera pelo seu filho.

Ainda no mês de janeiro, outra grande manifestação religiosa toma as ruas da Cidade Baixa. Nesse momento acontece a festa de maior devoção dos baianos em honra do Senhor do Bonfim. O culto se expandiu a partir da fundação da irmandade em 1745. O português Theodózio Rodrigues de Faria (capitão de mar e guerra e traficante de escravos) trouxe de Setúbal - Portugal, local do seu nascimento, para Salvador uma imagem do Crucificado em cumprimento de promessa por ter realizado inúmeras viagens transatlânticas sem prejuízos e, o que era mais importante, salvo das tormentas. Juntamente com outros portugueses, fundou a Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim, que começou suas atividades religiosas na Igreja da Penha. Em 1746, a irmandade começou a construção da igreja na colina de Mont Serrat, que passou a se chamar colina do Bonfim, na península do Itapagipe. A transladação da imagem para a nova capela se deu no dia de São João (24 de junho) de 1754, com missa, procissão, fogueira, foguetes e fogos de artifício (GUIMARÃES, 1994). A Igreja do Bonfim passou a abrigar também as devoções de Nossa Senhora da Guia e São Gonçalo.

Porém, o acesso não era fácil. Os romeiros viajavam em barcos e saveiros e desembarcavam no Porto de Mont Serrat, próximo à igreja de mesmo nome, ou no Porto dos Pescadores, no sopé da Colina do Bonfim. Essas dificuldades fizeram com que a própria irmandade despendesse recursos para realizar melhorias nos caminhos que levavam ao

Bonfim. Os irmãos têm orgulho do patrimônio acumulado e pelos empreendimentos de engenharia e arquitetura promovidos pela irmandade. A começar pelo templo, construído (entre 1746 e 1754) com recursos próprios. Logo foram construídas duas ladeiras de acesso à colina: a do Porto do Bonfim e a Ponte da Pedra. Em 1798, com o mesmo objetivo, foi drenado o brejo, com a utilização da palmeira do dendê, capaz de secar terrenos alagadiços, e pavimentado o caminho principal de chegada à igreja. A nova via recebeu o nome de Avenida Dendezeiros (SANTANA, 2009, p. 116 a 118). A família Freire de Carvalho, composta de políticos e profissionais liberais que ocupavam postos na mesa administrativa da irmandade, doou o terreno para a construção da igreja, das Casas do Romeiros e da casa do juiz da Devoção.

As irmandades localizadas na área central da Cidade Alta tiveram outras motivações para iniciarem a devoção ao filho de Deus. As associações do Bom Jesus da Paciência, Bom Jesus dos Martírios e Bom Jesus dos Passos dos Humildes tinham por finalidade realizar as procissões da Quaresma e da Páscoa. A Irmandade do Bom Jesus da Cruz, por sua vez, foi criada em ação de graças pela cessação de uma tempestade em 1719.

Entretanto, as autoridades políticas, o clero regular e as irmandades não foram os únicos responsáveis pelas festividades religiosas. Muitas vezes, grupos de determinadas profissões se responsabilizavam pelo culto de seus padroeiros sem nenhuma intervenção da Igreja. Em torno de uma imagem presente em um nicho de rua ou de um mercado, se desenvolvia o culto e a festa.

A festa de Santa Bárbara é um bom exemplo de homenagem que se expandiu independentemente do clero católico. O culto a Mártir teve início em Salvador, no século XVII, por iniciativa de um casal português, Francisco Pereira Lago e Andressa Araújo. Eles compraram um imóvel e um terreno à rua Portugal, na cidade baixa, e estabeleceram vários pontos comerciais que funcionavam em regime de aluguel. No mesmo espaço, construíram uma capela para Santa Bárbara e o local passou a ser conhecido com Morgado de Santa Bárbara. Os herdeiros transformaram o morgado em centro comercial de secos e molhados, denominado Mercado de Santa Bárbara (COSTA, 1952, p. 9).

No dia 04 de dezembro, os comerciantes e trabalhadores do mercado levavam a imagem da Mártir em procissão até a Igreja do Corpo Santo, onde era realizada a missa. Após o retorno da santa para o seu nicho no mercado, os fiéis realizavam rodas de samba e participavam do banquete com comida da culinária afro-baiana, principalmente caruru e acarajé. Era o momento de reverenciar Iansã, orixá dos raios e tempestades, associado à Santa Bárbara. O padre apenas celebrava a missa. Todos os outros rituais e festejos eram realizados pelos devotos das duas entidades (COUTO, 2012, p.111-131).

Império

As festas reais foram extintas em 1828. Em outubro deste ano, por meio de lei imperial, o regimento e o funcionamento das Câmaras Municipais foram modificados. Terminava, assim, a obrigatoriedade dos municípios arcarem com as despesas das festividades. Portanto, na Salvador oitocentista, as festividades religiosas eram, em grande parte, organizadas e custeadas pelas irmandades.

As famílias aristocráticas de Salvador desenvolveram o hábito de veranejar nos arrabaldes, localidades quase rurais, como a Península do Itapagipe e o Rio Vermelho. O mês de janeiro era animado. A festa do Senhor do Bonfim deixou de ser exclusividade da irmandade, adquiriu características dos cultos africanos e crescia o número de participantes a cada ano. E no povoado de pescadores começou a se realizar os festejos de Sant'Ana, a mãe de Maria e avó de Jesus.

Em 1804, a Devoção do Senhor do Bonfim permitiu às devotas de São Gonçalo levar a imagem do seu patrono para a igreja. Em períodos de festa, para São Gonçalo, Nossa Senhora da Guia ou o Senhor do Bonfim, elas cuidavam dos ornamentos e lavavam a igreja (OTT, 1969, p. 36-37). José Eduardo Freire de Carvalho Filho (1923, p. 163-164) nos deixou um relato dos festejos de 1865. O bando anunciador, formado por mascarados levando a bandeira com a imagem do santo e precedido por um tambor, percorria as ruas de Itapagipe ao largo da Penha fazendo o peditório de esmolos. Em seguida, as mulheres solteiras, vestidas de branco, portando a bandeira do orago e tochas acesas, ao som de banda de música, percorriam as principais ruas até a igreja. Ao término da caminhada, erguia-se a bandeira no mastro, soltavam-se girândolas de fogos e foguetes. Segundo Carlos Ott (1969, p. 37-38), essas senhoritas foram sendo paulatinamente substituídas pelas mães e filhas de santo dos principais candomblés da cidade. Apenas em 1918 a irmandade tomou para si a responsabilidade de promover o culto de São Gonçalo.

A lavagem do templo, com cantorias e a utilização de água de cheiro (mistura de água, flores e folhas aromáticas), ganhou uma proporção inesperada. Cada vez mais os fiéis levavam água para o ritual. Durante o percurso da Igreja da Conceição da Praia até a Colina do Bonfim, os aguadeiros tiravam água das fontes nas ladeiras da Água Brusca e do Taboão. Os jegues puxavam carroças e passaram a ser enfeitados com ramagens, fitas e flores, ou seja, eram ornamentados especialmente para os festejos e acompanhados pelos devotos, músicos e mulheres quituteiras, com seus tabuleiros de doces e iguarias da culinária afro-baiana que seriam vendidos durante a festa.

O ritual da Lavagem é uma mistura de elementos do catolicismo e dos cultos afro-brasileiros. Herdamos dos colonizadores portugueses o costume de lavar as imagens,

as vestimentas dos santos, os objetos rituais e as igrejas para preparar os símbolos e espaços sagrados para as festas dos oragos. Após essa limpeza, ornamentavam-se os altares e andores que saíam às ruas em procissão. O mesmo cuidado estava presente nas preparações dos terreiros de Candomblé para as homenagens aos orixás, voduns e enquices, quando se costuravam e/ou lavavam as roupas e os panos que seriam usados pelos filhos e filhas de santo, assim como eram lavados os assentamentos e objetos rituais das entidades.

Há também uma associação entre o ato de lavar a Igreja do Bonfim e a festa das Águas de Oxalá, orixá associado ao filho de Deus. Segundo a mitologia africana, Oxalufá (Oxalá velho) foi preso injustamente e quando alcançou a liberdade, foi banhado com a água das fontes, como uma forma de purificação. A partir de então, durante o período do plantio, era realizada uma festividade em sua homenagem com pedidos para que Oxalufá trouxesse abundância e fertilidade. Apesar de a explicação ser recorrente em Salvador para se compreender o sincretismo entre Jesus Cristo e Oxalá e a origem do ritual de lavar a igreja com água de cheiro, é preciso destacar que as lavagens aconteciam em templos dedicados aos santos, por vezes até do panteão católico feminino como Nossa Senhora da Conceição e Sant'Ana.

Sant'Ana é cultuada pela Igreja Católica em 25 de julho. Em Salvador, a festa acontecia em janeiro. Segundo Manoel Querino (1946, p. 127) e Hildegardes Vianna (1983, p. 27), em 1822, durante as lutas pela independência da Bahia, os pescadores do Rio Vermelho fugiram para Itapoã. Voltaram ao local para verificar o estado das suas casas e, a beira-mar, foram surpreendidos pela aparição de uma idosa que os aconselhou a fugir porque os portugueses estavam chegando. Acreditaram que aquela senhora era Sant'Ana e a partir do ano seguinte começaram a realizar uma procissão terrestre e outra marítima. No pequeno templo, erguido próximo à praia, havia novena, lavagem e missas. Não havia irmandades. Os pescadores e suas famílias organizavam e realizavam a festa. Todo o largo era ocupado por mesas com comidas, principalmente peixe, barraca de jogos e divertimentos. E a procissão percorria o povoado à noite.

Com o desenvolvimento dos meios de transporte a partir de 1860 – a criação das linhas de bondes puxados por animais e trens – o arrabalde do Rio Vermelho tornou-se mais atrativo como zona de veraneio da elite baiana. Esse fato trouxe mudanças significativas para os festejos de Sant'Ana. Ela deixou de ser a Senhora exclusiva dos pescadores. A programação religiosa passou a ser responsabilidade de um presidente, eleito pela assembléia das famílias abastadas da capital. Elementos carnavalescos foram incorporados à festa: eleição de rainha, concursos de beleza, banho de mar à fantasia, saraus, batalhas de confetes e lança-perfume, desfiles de carros alegóricos.

No final do Império, muitas irmandades não acompanharam as transformações socioeconômicas, como o fim do tráfico negreiro, abolição da escravatura, proclamação da República, reforma da Igreja Católica e novas regras para a vivência religiosa dos leigos. Algumas associações foram extintas (Bom Jesus dos Martírios e Bom Jesus dos Passos dos Humildes), outras revitalizadas por iniciativa das autoridades eclesiásticas, principalmente com a reformulação dos seus compromissos (Bom Jesus da Cruz, Senhor do Bonfim e Bom Jesus das Necessidades e da Redenção). Apenas duas (Irmandade do Bom Jesus dos Navegantes e Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim) continuam atuantes nos dias atuais.

República

A proclamação da República trouxe mudanças significativas para a Bahia e não apenas na esfera política. A elite nacional divulgava, por intermédio da imprensa, os ideais de modernidade, progresso e civilização. Na Bahia, políticos, médicos, educadores e jornalistas queriam que Salvador seguisse os rumos das cidades mais ricas, populosas, modernas e civilizadas do país: Rio de Janeiro e São Paulo. Inúmeros projetos foram elaborados com o objetivo de reordenar o espaço urbano e resolver os problemas de atraso: saneamento básico, abastecimento de água, serviços de esgoto e coleta de lixo. Havia a preocupação com as reformas da infraestrutura urbana, porém, a modernização possuía dimensões sociais e culturais. Civilizar implicava na necessária mudança de hábitos e na moralização dos costumes. Tentava-se impedir a mendicância, os cultos místicos ou religiosos que não fossem católicos e as diversas formas de manifestações lúdicas populares.

A devoção a Santa Bárbara não era realizada por irmandade e nem existia igreja católica romana exclusiva para o seu culto. Essa característica provocou, inclusive, mudanças nas celebrações litúrgicas do dia 4 de dezembro. Tiveram início no morgado do século XVI e foram transferidas para a capela do Corpo Santo no final do século XIX, em função dos incêndios. A constante mudança de local da celebração dos ritos litúrgicos contribuiu para que os negociantes e trabalhadores do novo mercado optassem por levar a imagem da santa para o nicho construído no local. Anísio Félix (1982, p.8) afirma que a transferência da imagem da Igreja do Corpo Santo para o Mercado de Santa Bárbara, na Baixa dos Sapateiros, aconteceu por volta de 1912. Neste ano, a missa passou a ser celebrada na Igreja do Paço e, a partir de 1935, na Igreja da Saúde. Atualmente, a celebração é realizada na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, no Pelourinho, local de saída da procissão.

Não sabemos exatamente quando começou a ser distribuído o caruru (prato ritual de lansã) no Mercado de Santa Bárbara. É provável que já existisse esse costume no

mercado da Cidade Baixa. Era chegado o momento de consumir as bebidas de origem africana – a exemplo do Aruá – feitas com cascas de frutas, gengibre e milho fermentado. O dia de Santa Bárbara é também o dia de Iansã. Após as celebrações católicas e a queima de foguetes, o mercado se transformava em espaço de música, dança e rituais africanos. Os devotos degustavam os pratos favoritos de Iansã: caruru e acarajé. As baianas – mulheres ligadas ao Candomblé – vestiam blusas e saias bordadas nas cores vermelho e branco e carregavam turbantes na cabeça. No pescoço traziam as guias (colares de contas na cor do seu orixá). Ali também se formavam as rodas de capoeira, samba e batuque. Durante o samba, muitas vezes cantado em Iorubá, os fiéis incorporavam Iansã. Tigelas contendo água de cheiro eram dispostas no mercado para que os devotos pudessem aspergir-se com o propósito de purificar o corpo e o espírito.

Outra festa, a de Sant’Ana, que não era organizada por irmandade, teve significativas mudanças no início do século XX. Uma série de conflitos ideológicos, entre as novas orientações do clero e os costumes dos pescadores vinculados ao Candomblé, também favoreceu as transformações. O clero baiano desejava transformar o Catolicismo dos leigos, principalmente assumir a responsabilidade de organizar o culto aos santos, de acordo com a ortodoxia, e purificar as festas, impregnadas de elementos de outras crenças.

Em 1913 foi criada a Paróquia de Sant’Ana no Rio Vermelho. A vivência religiosa dos pescadores passou a ser encarada com suspeita pelo vigário. Ao lado da Igreja de Sant’Ana havia uma pequena casa, chamada de Peso, onde os pescadores guardavam os aviamentos de pescaria e uma balança para pesar os peixes. No mesmo local realizavam a venda. Até 1919 eles pagavam um dízimo à Igreja. No entanto, nesse ano, o organizador da colônia, comandante Pina, alertou os pescadores de que não deviam nada ao clero e que o templo deveria ser mantido por todos os moradores do Rio Vermelho. A recusa do pagamento do dízimo gerou o primeiro conflito. Os associados resolveram, então, construir outra Casa do Peso no terreno doado pela marinha, na beira da praia (FESTA..., 1970, p.10).

Em 1924, um século após a realização da primeira festa, aconteceu o segundo conflito. A pescaria não estava dando os resultados esperados. Os pescadores começaram a ouvir dos próprios compradores que eles deveriam oferecer um presente à Mãe d’Água. Resolveram mandar celebrar uma missa na igreja e, em seguida, partiram para alto-mar a fim de oferecer o presente, composto de perfume e flores. A partir desse ano, os pescadores solicitaram os serviços de Júlia Bogun, mãe-de-santo do Candomblé, para fazer um presente de acordo com o preceito africano. Pediu que fossem comprados um balaio grande, uma talha de barro, flores e fitas nas cores do Orixá: branca e azul. O presente foi colocado na Casa do Peso e depois encaminhado ao mar na chamada segunda-feira gorda, último dia da festa de Sant’Ana (PORTO FILHO, 1991, p. 96).

Em 1930 deu-se o terceiro conflito, responsável pela separação definitiva entre a festa católica e a do Candomblé. O padre se recusou a celebrar a missa na igreja de Sant'Ana. Depois de muita discussão e tentativas de conciliação, a celebração aconteceu, mas os pescadores se sentiram ofendidos com o sermão, no qual o vigário afirmava ser “ignorância” oferecer presente a “uma mulher com rabo de peixe”. Os antigos moradores do Rio Vermelho deixaram de pedir a celebração da missa no dia da entrega do presente e assumiram o culto da rainha do mar. As transformações não significaram o fim imediato da festa católica, porém, eram sinais da decadência. A homenagem dos veranistas continuou acontecendo até o final dos anos 1950, mas sem o brilho e o vigor dos primeiros tempos.

Enquanto o culto a Sant'Ana entrava em decadência, ascendia o de Iemanjá. Segundo Manoel Querino (1946, p. 60), há uma forma simples de homenagear a rainha do mar. Independentemente de promessa, o fiel pode demonstrar que não esquece sua protetora ou mesmo agradá-la para pedir um benefício no futuro. O devoto pode construir um saveiro de papelão, com velas e outros utensílios náuticos, e dentro colocar bonecos, milho cozido, inhame, caneta e pequenos frascos de perfume. Feito isso, é só lançar o presente ao mar.

Na areia da praia, os adeptos do Candomblé formam rodas. Ao som dos tambores e cânticos, evocam a rainha do mar. Ela incorpora para festejar com seus filhos. Por volta das 4 horas da tarde, os cestos são colocados nos barcos e levados para o oceano. Os devotos esperam pela volta das embarcações e pela confirmação de que os presentes mergulharam, ou seja, foram aceitos pelo orixá. O aceite ou não da oferta é motivo de grande preocupação. Por isso, as oferendas são mergulhadas em alto-mar a fim de atingir a maior profundidade possível. Se elas boiarem ou voltarem para a praia é sinal de que Mãe d'Água as recusou. Isso ainda pode implicar no não atendimento dos pedidos.

Os fiéis são os verdadeiros responsáveis pela permanência de uma devoção. Regras estabelecidas pelas instituições podem trazer mudanças, mas nem sempre são obedecidas ou têm a eficácia esperada. A Igreja Católica criticou o culto da Mãe d'Água e mudou a data da festa de Sant'Ana, porém, não conseguiu realizar os festejos do mês de julho com brilhantismo e ainda perdeu adeptos. Mesmo que não tenha sido de forma intencional, o clero abriu espaço, uma brecha no calendário cristão, para que os pescadores voltassem a realizar sua própria festividade. Eles aproveitaram a ocasião para afirmar a importância dos ritos africanos e promover a devoção a Iemanjá.

E o que aconteceu com as festas das irmandades? Desde meados do século XIX, os arcebispos reformadores tentaram purificar as festas católicas, tirando os ritos afro-brasileiros. Em Salvador, quem obteve maior vitória nessa empreitada foi Dom Luís Antônio dos Santos. Em 1889, o arcebispo publicou uma Portaria proibindo as lavagens das

igrejas em dia de festa em homenagem aos santos. O momento histórico era favorável, pois a proclamação da República novos ideais, como a separação da Igreja e Estado, a laicização deste e projetos de modernidade arquitetônica e civilização dos costumes.

As festas religiosas foram em grande parte consideradas resquícios do atraso colonial. Assim, modificar ou extinguir determinadas práticas religiosas era objetivo do clero reformador, mas também da elite católica e autoridades civis, desejosas de modernizar e civilizar as cidades brasileiras. Dom Antônio dos Santos solicitou o apoio da imprensa e do governo republicado para fosse cumprida sua vontade e determinação. Para fazer valer a Portaria, o arcebispo publicou-a nos jornais e enviou ofício ao governador do Estado, Manoel Vitorino, pedindo proteção. Nesse caso, houve a união do poder público com a Igreja. O governador atendeu a solicitação do arcebispo. No dia da Lavagem, 17 de janeiro de 1890, quando as baianas chegaram a colina do Bonfim, encontraram a porta da igreja fechada e guardada pela polícia. Segundo Manoel Querino (1946, p. 145), as vassouras e quartinhas (vasos de barro contendo água de cheiro e flores) foram apreendidas. Os policiais repetiam a todo instante: “Hoje, aqui não há lavagem”.

A modernidade republicana previa a destruição de prédios antigos e igrejas para alargar as vias e colocar os trilhos dos bondes. Com a conivência do clero, muitos templo tiveram cortes ou demolição parcial ou total. Muitas irmandades foram desalojadas ou realizaram fusões para evitar o desaparecimento. Entretanto, outro fator contribuiu para as transformações internas das devoções, a promulgação de novas regras eclesiásticas, por meio do Código de Direito Canônico (1918). A partir de então, os arcebispos foram mais rígidos nas tentativas de reforma da vivência religiosa dos leigos. As irmandades deveriam reformar os seus compromissos; aceitar que os párocos ocupassem cargos nas mesas administrativas; excluir elementos de outras crenças nas missas, novenas, procissões e festas; prestar contas, anualmente, de todas as suas atividades. Tudo isso deveria ser observado e já fazia parte das cobranças do clero, mas ganhou força de lei.

As irmandades do distrito da Sé perderam espaço e autonomia com a destruição da sua igreja, demolida em 1933. Em novembro de 1938, o cônego da Catedral, Appio Silva, por determinação de Dom Augusto Álvaro da Silva, escreveu um relatório sobre o estado das Irmandades, Confrarias e Devoções existentes na antiga Igreja da Sé. Apesar das lacunas do relatório, o documento nos dá notícias de oito irmandades da antiga Sé. Dentre elas, sete (Santíssimo Sacramento da Sé, N. S. da Fé, N. S. Conceição dos Artistas, S. Pedro de Alcântara, São Vicente Ferrer, São João batista e N. S. de Guadalupe) foram transferidas para a catedral basílica (antiga igreja dos jesuítas, localizada no Terreiro de Jesus). A Irmandade N. S. Rainha dos Anjos passou a funcionar na Igreja do Rosário da Baixa dos Sapateiros. A irmandade que estava em melhor situação era a do Santíssimo Sacramento. Possuía apólices, alfaias (imagens e objetos de culto em ouro e prata), carneiros no Cemitério das Quintas e as ofertas das missas de quinta-feira. Porém, as

constantes intervenções do clero geravam descontentamento. O Cônego informa, por exemplo, que a não aprovação do novo estatuto, em 1936, por parte do arcebispo originou a rebeldia da Mesa Administrativa contra a Mitra e a consequente suspensão da Mesa pelo arcebispo. Passados cinco anos da transferência de igreja, a irmandade só havia realizado duas festas. Ora, isso fere o princípio básico da associação leiga: realizar festa anual em honra do seu patrono.

Duas irmandades, que também possuíam alfaias, apólices e carneiros, desejavam fundir-se com ordens terceiras. Os devotos de N. S. da Fé queriam juntar-se aos irmãos da Ordem Terceira da Santíssima Trindade. E os fiéis de N. S. Rainha dos Anjos, que se reuniam na Igreja do Rosário da Baixa dos Sapateiros, solicitaram a entrada na Ordem Terceira do Rosário. Tudo indica que esse tipo de fusão era uma estratégia de sobrevivência. As ordens terceiras, apesar do caráter leigo, são vinculadas às ordens regulares, portanto, passíveis de maior controle por parte do clero e, por isso, não eram alvo de intensas intervenções.

Segundo Appio Silva, as irmandades de São Vicente Ferrer, São João batista e N. S. de Guadalupe estavam quase extintas, possuíam poucas alfaias (imagens guardadas no museu da catedral), não tinham carneiros e pouco se reuniam. A destruição da Igreja da Sé pode não ter sido fator determinante para a extinção desses grupos, mas o fato de não ter templo próprio era uma dificuldade a mais para que os irmãos se mantivessem unidos em tempos de desconfiança e negação da importância de suas vivências religiosas.

No período republicano o poder público e a Igreja Católica realizaram ações conjuntas para coibir as manifestações dos adeptos do Candomblé. Imbuída dos ideais de modernidade e civilização, a elite branca e letrada desejava desafricanizar os festejos em honra dos santos. Foram proibidas as lavagens das igrejas e houve tentativas de substituir a festa de Santa Bárbara e separar as homenagens a Sant'Ana do crescente culto de lemanjá. Os devotos continuaram a promover lavagens. As portas das igrejas foram fechadas, mas o ritual permaneceu nos adros e escadarias. O resultado desse processo foi a persistência dos leigos, ora para manter suas práticas religiosas, ora para implantar novos cultos e festejos assumidamente afro-brasileiros.

Fontes impressas

COMPROMISSO da Irmandade do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção - Erecta, em 1775, na Capella de S. Pedro Gonçalves do Corpo Santo, Freguezia da Conceição da Praia. Bahia: Estabelecimento Graphico Baptista Costa, 1914.

FESTA de lemanjá. *Tribuna da Bahia*, Salvador, 14 de dezembro de 1970, p.1.

JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. *Novo Orbe Seráfico Brasílico ou Crônica dos Frades Menores da Província do Brasil*. Rio de Janeiro, 1858.

Referências bibliográficas:

CAMPOS, João da Silva. *Procissões tradicionais da Bahia*. 2ª edição revista. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 200.

CARVALHO FILHO, José Eduardo Freire de. *A devoção do Senhor J. do Bom-Fim e sua História*. Salvador: Typ. de São Francisco, 1923.

COSTA, Afonso. O Morgado de Santa Bárbara e o seu instituidor. In: *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*. Salvador, Oficina Tipográfica Manu, ano VII, nº 7, 1952.

COUTO, Edilece. *Tempo de festas: homenagens a Santa Bárbara, Nossa Senhora da Conceição e Sant'Ana em Salvador (1860-1940)*. Salvador: EDUFBA, 2010.

_____. Bárbara e Iansã, as donas dos mercados de Salvador. In: RUBIM, Linda; MIRANDA, Nadja (Orgs.). *Estudos da Festa*. Salvador-BA: EDUFBA, p. 111-131, 2012.

GUIMARÃES, Eduardo Alfredo Morais. *Religião popular, festa e o sagrado: catolicismo popular e afro-brasilidade na Festa do Bonfim*. Dissertação de Mestrado em Sociologia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador-Ba, 1994.

OTT, Carlos. A transformação do culto da morte da Igreja do Bonfim em santuário de fertilidade. *Revista Afro-Ásia*. Salvador: CEAO, nº 8-9, 1969.

PORTO FILHO, Ubaldo Marques. *Rio Vermelho*. Salvador: AMARV, 1991.

QUERINO, Manoel. *A Bahia de outrora*. Salvador: Progresso, 1946.

SANTANA, Mariely Cabral de. *Alma e festa de uma cidade: devoção e construção na colina do Bonfim*. Salvador: EDUFBA, 2009.